

RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.646 - SC (2019/0070959-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **INGLESES HOLIDAY RESORT LTDA**
ADVOGADO : **MARCO TULIO BASTOS PEREIRA - SC014204**
RECORRIDO : **MARIA DO ROSÁRIO LIMA**
ADVOGADO : **OSVALDIR JOSÉ DE LIMA - SC001697**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por INGLESES HOLIDAY RESORT LTDA, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"AÇÃO DE DANOS MORAIS, FINANCEIROS E MATERIAIS. CAUSA DE PEDIR VINCULADA A SUPOSTA CONDUTA ANTIJURÍDICA DO RÉU E SEUS PREPOSTOS, OS QUAIS TERIAM DESAFIADO A POSSE MANSA E PACÍFICA DA AUTORA SOBRE IMÓVEL OBJETO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE LOCAÇÃO EXISTENTE ENTRE AS PARTES. SUPOSTA PRÁTICA DE AGRESSÕES VERBAIS E ATÉ FÍSICAS NO SENTIDO DE IMPEDIR A ENTRADA DA AUTORA NO REFERIDO IMÓVEL, QUE ESTAVA SENDO DEMOLIDO E NO QUAL CONSTARIAM ALGUNS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DELA. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, CONDENANDO O RÉU POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E EM OBRIGAÇÃO DE FAZER (DEVOLUÇÃO DOS MÓVEIS). DECISÃO PROFERIDA NA ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.

AGRAVO RETIDO. FALTA DE PEDIDO DE APRECIÇÃO PERANTE ESTE TRIBUNAL. EXEGESE DO ART. 523 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO. APELAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR ALTERAÇÃO DA CAUSA PETENDI. ACOLHIMENTO PARCIAL. DECISUM ULTRA PETITA. ACTIO QUE, A DESPEITO DA SUA DENOMINAÇÃO POSTA NA EXORDIAL E DE SUA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA, RESTRINGIU O PEDIDO À CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E EM OBRIGAÇÃO DE FAZER EXCLUÍDAS DO COMANDO DE PRIMEIRO GRAU. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE VÍCIO. PREFACIAL AFASTADA. NO MÉRITO, CONDUTA ANTIJURÍDICA DO RÉU NÃO COMPROVADA. TÉRMINO DA RELAÇÃO LOCATÍCIA QUE RETIRA A POSSE DA AUTORA SOBRE O IMÓVEL E A TRANSFERE AO RÉU. TURBAÇÃO DA POSSE DO RÉU PROTAGONIZADA PELA AUTORA E SUA FAMÍLIA. AGRESSÕES VERBAIS E FÍSICAS NÃO COMPROVADAS. ÔNUS DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU A AUTORA (ART. 333, I, CPC). INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. o RECURSO ADESIVO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Nos termos do art. 523, § 1º, do CPC/1973, se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, a apreciação do agravo retido pelo Tribunal, o recurso não poderá ser conhecido.

2. A sentença que, muito embora devidamente motivada e proferida no afã de reconhecer possível direito do demandante, não se atém aos limites do pedido

formulado na inicial e o excede, incorre em error in procedendo e caracteriza julgamento ultra perna, merecendo ser decotada no excesso.

3. Muito embora a fundamentação dos atos judiciais decisórios (art. 93, IX da CF/1988) seja garantia ínsita ao Estado Democrático de Direito, inclinada a viabilizar o exercício do direito ao duplo grau de jurisdição em sua plenitude e o próprio autocontrole do Poder Judiciário como instituição, não se exige que o ato jurisdicional se afigure extensamente fundamentado, bastando que o juiz externasse as razões de fato e de direito conducentes à respectiva persuasão (princípio do livre convencimento motivado). Nesses termos, não se configura a nulidade de decisão por ausência de fundamentação.

4. Tratando-se de responsabilidade civil subjetiva, aquiliana, como é o caso dos autos, onde a autora sustenta a ocorrência de danos morais pela prática de agressões verbais e físicas por parte do réu, caberia a ela demonstrar a a conduta antijurídica do réu e os demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil de indenizar, nos termos do art. 333, I, CPC/1973. Contudo, não havendo prova do que alega, não se faz devida a condenação do demandado.

5. A incidência da pena por litigância de má-fé deve ser examinada caso a caso, com cautela, sob pena de prodigalizar o arbítrio em detrimento da razoabilidade. E na hipótese em voga, não se constata dolo no sentido de alteração deliberada da verdade dos fatos. Adota-se, aqui, interpretação mais parcimoniosa da previsão legal sancionadora, cuja severidade, a despeito do objetivo precípuo de resguardar a lealdade e a boa-fé processual, bem como, no caso em apreço, a efetividade jurisdicional, não pode importar vedação ao direito constitucional de provocação do judiciário" (e-STJ fls. 632-633).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls.754-769), a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, na medida em que o acórdão recorrido fixou os honorários por equidade, em R\$ 1.000,00, e não aplicou os percentuais de 10 a 20% sobre o proveito econômico.

Afirma que:

"os valores envolvidos na demanda e importância da causa estão estampados na v. sentença de primeiro grau, que arbitrou os danos morais em R\$ 75.000,00 (em 30/03/2009), a serem acrescidos de juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária pelo INPC (índice oficial do TJSC) a contar da data da fixação, mais honorários de sucumbência de 20% sobre o valor da condenação. Atualizando-se este valor pelos critérios da sentença até a data do v. acórdão da apelação (07/12/2017), tem-se R\$ 288.420,53 de danos morais e R\$ 57.684,10 a título de honorários sucumbenciais, total de R\$ 346.104,63. Anota-se que tais valores não foram impugnados pela Recorrida quando se manifestou sobre os embargos de declaração da ora Recorrente".

Sem contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, a recorrida ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o ora recorrente na medida em que, segundo alega, *"tendo relação locatícia com a demandada, mantinha em imóvel de propriedade da requerida, um mini-mercado, cuja relação locatícia perdura há seis (06) anos, todavia, ao tentar ingressar no comércio de sua propriedade, fora impedida por prepostos da demandada, os quais, lacraram a porta do estabelecimento e, posteriormente, jogaram o maquinário do mini-mercado ao relento"*.

A ação foi julgada procedente com a condenação da demandada, ora recorrente, ao pagamento de indenização por danos morais, na quantia de R\$ 75.000,00, bem como ao pagamento das custas e honorários advocatícios, no valor de 20% sobre o total da indenização (e-STJ fl. 360).

Em sede de apelação, o Tribunal de origem, por maioria, deu parcial provimento ao recurso da ré, ora recorrente, a fim de excluir da sentença as condenações por danos morais, materiais e obrigação de fazer.

Como consequência, inverteu-se os ônus da sucumbência, condenando-se a autora, ora recorrida, arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono do réu no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) (e-STJ fl. 630).

No presente recurso, a recorrente alega que o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) é irrisório e não remunera adequadamente o profissional, pois não observou os percentuais de 10 a 20% sobre o proveito econômico, previsto no art. 85, § 2º, do CPC 2015.

Com efeito, não há falar na revisão da verba honorária nos termos do CPC/2015.

Isto porque, em recente julgado, a Corte Especial definiu como marco inicial para fins de aplicação das novas regras de fixação dos honorários advocatícios – entre elas a que promove a unificação dos parâmetros de fixação da verba honorária, independentemente da natureza da decisão (art. 85, §§ 2º, 3º e 6º do CPC/2015) – a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença.

O acórdão está assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MEDIDA CAUTELAR. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STJ. ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DOS REQUERIDOS. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DA REQUERENTE. OMISSÃO QUANTO AOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. FEITO INICIADO AO TEMPO DO CPC/73, MAS DECIDIDO APÓS A

ENTRADA EM VIGOR DO CPC/2015. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

2. Deve o embargante, ao sustentar a existência de erro, contradição, obscuridade ou omissão, indicar de forma clara o ponto em que a decisão embargada teria incorrido no vício alegado, o que não ocorreu nos declaratórios dos requeridos. Não demonstra eventual vício do art. 1.022 do CPC/2015 a pretensão de rediscussão do julgado que consubstancia mero inconformismo.

3. Reconhecida omissão apontada nos declaratórios da requerente a respeito da distribuição dos ônus sucumbenciais.

4. Para fins de distribuição dos ônus sucumbenciais, inexistente direito adquirido ao regime jurídico vigente quando do ajuizamento da demanda ou quando da manifestação de resistência à pretensão.

Existência, apenas, de um lado, de expectativa de direito daqueles que podem vir a ser reconhecidos como credores e, de outro, de expectativa de obrigação daqueles que podem vir a ser afirmados devedores.

5. O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença.

6. Caso concreto em que a fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais deve observar as disposições pertinentes previstas no CPC/2015, em vigor desde 18.03.2016, uma vez que o acórdão embargado foi prolatado em sessão da Corte Especial de 24.10.2016.

7. Considerados o sincretismo adotado pelo novel Código e o silêncio eloquente do legislador acerca do cabimento de honorários sucumbenciais nos pleitos cautelares (art. 85, §1º), é incabível a fixação de honorários neste momento processual, ficando postergado o arbitramento e exigibilidade de tal verba para ulterior fase processual, qual seja, a do cumprimento de sentença (art. 523, caput e §§1º e 2º, c/c art. 527, art. 513 e art. 827, caput e §§ 1º e 2º), que, no caso concreto (sentença estrangeira homologada pelo STJ), ocorrerá perante juízo de primeiro grau de jurisdição (art. 965 do CPC/2015).

8. Embargos de declaração de S/A Fluxo - Comércio e Assessoria Internacional e Manoel Fernando Garcia, Ailaine Fernandes Osório de Siqueira, Marco Antonio de Siqueira Garcia, Maria Pia de Siqueira Garcia e Malemote Participações Ltda. rejeitados.

9. Embargos de declaração de Newedge USA LLC acolhidos, sem efeitos infringentes, somente para o fim de esclarecer que neste momento processual é incabível a fixação de honorários advocatícios." (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017 - grifou-se).

No mesmo sentido, confira-se os seguintes julgados:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. MAJORAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 83/STJ.

INADMISSIBILIDADE DO RECURSO.

(...)

4. Assentou o Superior Tribunal de Justiça que 'em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015' (REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016).

5. A hermenêutica ora propugnada pretende cristalizar a seguinte ideia: se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas as regras do vetusto diploma processual até a ocorrência do trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel CPC cingirão a situação concreta.

6. De fato, o próprio art. 14 do CPC/2015 aponta norma de direito intertemporal, com o escopo de proteger os atos praticados na vigência da codificação anterior: 'Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.'

7. Em face dos contornos de direito material, não é possível sustentar-se a aplicação das novas regras de honorários recursais a partir de 18.3.2016, data em que entrou em vigor o novo CPC. De fato, a aplicação imediata do instituto, seguindo o princípio do isolamento dos atos processuais, revestirá a defendida natureza material com o capeirão da vertente processual, desconstruindo, como consequência cartesiana, toda a legislação, a jurisprudência e a doutrina, que reconheceram, após décadas de vicissitudes, o direito alimentar dos advogados à percepção de honorários.

8. No presente caso, a sentença foi publicada antes de 18.3.2016. Logo, aplica-se aos honorários sucumbenciais o CPC/1973.

9. Admite-se a compensação de honorários advocatícios, em consonância com o entendimento firmado no julgamento do REsp 963.528/PR (TEMA 195 do STJ), afetado à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, com base no procedimento da Lei 11.672/2008 e Resolução 8/2008 (Lei de Recursos repetitivos), segundo o qual 'Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte'.

10. Verifica-se que o Tribunal a quo decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ: 'Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.'

11. Recurso Especial de que parcialmente se conhece e, nessa parte, nega-se-lhe provimento." (REsp 1.672.406/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 13/9/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL. PROPOSITURA DA AÇÃO SOB A ÉGIDE DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL DE 1973. PROLAÇÃO DE SENTENÇA QUANDO EM VIGOR O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE DA NOVEL LEGISLAÇÃO. NECESSIDADE DE

ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL À LUZ DO ART. 85 DA LEI N. 13.105/2015. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 no julgamento do Agravo Interno. II - Consoante o entendimento desta Corte, a sentença é o marco para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios, revelando-se incorreto seu arbitramento, com fundamento no CPC de 1973, posteriormente à 18.03.2016 (data da entrada em vigor da novel legislação).

III - Inviabilizado, in casu, o arbitramento dos honorários advocatícios de sucumbência, com base no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de restar configurada a supressão de grau de jurisdição e desvirtuar a competência precípua desta Corte em grau recursal (uniformização da interpretação da legislação federal), mediante a fixação de honorários de sucumbência casuisticamente e não apenas nas hipóteses de irrisoriedade e exorbitância no seu arbitramento.

IV - Necessidade de reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja procedido novo julgamento da apelação, com análise dos honorários advocatícios de sucumbência, respeitadas as peculiaridades do caso concreto, com base no estatuto processual civil de 2015.

V - Recurso Especial parcialmente provido." (REsp 1.647.246/PE, Rel. p/ acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017).

Desse modo, proferida a sentença ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (fls. 345-360, e-STJ), a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deve se pautar de acordo com as normas do diploma processual civil revogado, que, em caso de improcedência da demanda, previa a estipulação de tal verba mediante apreciação equitativa do juiz (art. 20, § 4º, do CPC/1973).

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. HONORÁRIOS. ARBITRAMENTO. EQUIDADE. ARTIGO 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.

1. A fixação dos honorários nas ações em que não há condenação não está adstrita aos limites percentuais de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

2. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 959.561/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 16/11/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OBSERVÂNCIA DO § 4º DO ART. 20 DO CPC. EQUIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nas causas em que não haja condenação, como se dá no caso dos autos, os

honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo juiz, nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC, não ficando adstrito o juiz aos limites percentuais estabelecidos no § 3º, mas aos critérios nele previstos.

(...)

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no Ag 1.317.557/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 4/11/2015).

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS EM CASO DE JULGAMENTO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APLICAÇÃO DO § 4º E APENAS DAS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC. JUÍZO DE EQUIDADE. VALOR QUE NÃO É EXORBITANTE NEM IRRISÓRIO. ENUNCIADO 7/STJ. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

2. *Nas causas em que não houver condenação, o juiz não está adstrito aos limites estabelecidos pelo art. 20, § 3º, do CPC na fixação dos honorários advocatícios, que poderão ser fixados com base na quantia constante do pedido inicial, no valor da causa ou, ainda, em montante fixo, dependendo de apreciação equitativa do órgão julgador, sem que isso acarrete necessariamente a exorbitância da verba honorária. Inteligência do art. 20, § 4º, do CPC. Precedentes.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no AREsp 634.247/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/8/2015, DJe 17/8/2015).

Entretanto, a jurisprudência deste Superior Tribunal é firme no sentido de que a revisão da condenação por equidade demanda o revolvimento das circunstâncias fáticas do caso, salvo nas hipóteses de condenações irrisórias ou excessivas, circunstâncias inexistentes no presente caso.

A propósito:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *O entendimento desta Corte é pacífico no sentido de que não há omissão, contradição ou obscuridade no julgado quando se resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada e apenas se deixa de adotar a tese do embargante.*

2. *Não é possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério de justiça e equidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, por depender tal providência da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto. Assim, excetuadas as hipóteses em que o valor se afigura manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie, a majoração ou redução dos honorários advocatícios atrai a incidência da Súmula 7 desta Corte.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento*" (AgInt no AREsp 920.110/PB, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR

CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 8/5/2018 - grifou-se).

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INSUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSA SINGELA. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM ADOTANDO A EQUIDADE.

(...)

2. O recorrente não têm direito à majoração da verba honorária, porquanto o Tribunal bandeirante foi enfático em consignar que a questão debatida nos autos foi singela, exclusão do sócio do polo passivo da relação processual, de jurisprudência tranquila - aplicação da Súmula 435 do STJ -, e decidido por equidade.

3. O acórdão recorrido fixou os honorários advocatícios de sucumbência à luz dos critérios estabelecidos no art. 85, § 8º, do CPC/2015, observadas as diretrizes dos incisos do § 2º. Modificar, portanto, a conclusão a que chegou a Corte de origem, de forma a acolher a pretensão da parte recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório, o que descabe na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido" (REsp 1.722.427/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/5/2018 - grifou-se).

Cumpre asseverar, ainda, que na verba honorária arbitrada com base na equidade (art. 20, § 4º, do CPC), o magistrado não está adstrito aos limites de 10% a 20% inscritos no § 3º do art. 20 do CPC, de sorte que pode, inclusive, arbitrar valor fixo.

Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO.

1.- A fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

2.- Agravo Regimental improvido." (AgRg no AREsp nº 122.036/MS, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, Julgado em 19/6/2012, DJe 25/6/2012).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator